



SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO
DO PORTO SANTO, S.A.

Relatório de execução orçamental

2021 - 1º Semestre

1. Introdução

O Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, de 18 de maio, criou a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A. (SDPS), como meio alternativo de intervenção ao nível local, complementar à intervenção do Governo Regional e da Câmara Municipal, concorrendo para o desenvolvimento integrado e equilibrado da ilha do Porto Santo.

A SDPS é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que prossegue fins de interesse público e tem por objeto social a conceção, promoção, construção e gestão de projetos, ações e empreendimentos que contribuam de forma integrada para o desenvolvimento económico, social, desportivo e cultural da ilha do Porto Santo.

Paralelamente, a partir do momento em que por efeitos das Contas Nacionais, integra o perímetro da Administração Pública Regional como empresa pública reclassificada, a sua atuação passou a ser enquadrada também pelas regras definidas para as Empresas Reclassificadas do Setor Público Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

Em conformidade com o n.º 1, alínea i) do artigo 42.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho de 2021, devem ser elaborados e enviados aos membros do Governo Regional que detenham a tutela dos sectores das finanças, relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização, sempre que exigíveis.

Paralelamente, a alínea e) do n.º 1 do Despacho n.º 140/2016, de 8 de abril de 2016, determina que seja realizado trimestralmente o reporte das contas das empresas que compõem o Sector Empresarial da Região Autónoma da Madeira (SERAM).

Optou-se por proceder ao envio dos elementos considerados mais relevantes para a apreciação da execução orçamental acima referida, bem como do Relatório do fiscal único, conforme estabelecido no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto Legislativo Regional n.º 16/99/M, de 18 de maio.

Assim, passamos a relatar a execução orçamental do primeiro semestre de 2021 na perspetiva da contabilidade pública e também na perspetiva do SNC - AP.

2. Execução orçamental por classificação económica

2.1. Execução orçamental da despesa

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da despesa no primeiro semestre de 2021, largamente afetada pela pandemia SARS CoV-2:

RESUMO DA DESPESA - SDPS			
DESPESAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO	
		VALOR	%
Despesas com Pessoal	1 337 740,00	465 533,13	34,80%
Aquisição Bens Serviços	1 338 401,00	130 651,83	9,76%
Juros e Outros Encargos	1 000,00	1,63	0,16%
Administração Regional	25 000,00	9 149,27	36,60%
Outras Despesas Correntes	130 882,00	37 009,56	28,28%
SUBTOTAL	2 833 023,00	642 345,42	22,67%
DESPESAS CAPITAL			
Aquisição Bens Capital	2 580 995,00	35 797,79	1,39%
Transferência de Capital	1 121 581,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	2 900 000,00	1 450 000,00	50,00%
SUBTOTAL	6 602 576,00	1 485 797,79	22,50%
TOTAL	9 435 599,00	2 128 143,21	22,55%

As despesas correntes têm uma execução de 642.345,42€ e apresentam um grau de realização de 22,67%.

Na rubrica de Aquisição de Bens e Serviços o valor da execução representa os trabalhos de manutenção/conservação, nos empreendimentos.

A rubrica Administração Regional reflete o valor despendido com a remuneração dos diversos programas de emprego.

No que concerne às despesas de capital a execução registada foi de 22,50%, sendo a rubrica com mais peso para o efeito verificado, a dos Passivos Financeiros, a qual registou a amortização das prestações de capital, decorrentes dos empréstimos contratados junto da banca estrangeira.

No global, o nível de execução do orçamento da despesa da SDPS no primeiro semestre ficou em 22,55%.

Analisando a execução orçamental da despesa na perspectiva da fonte de financiamento, verificamos que a despesa foi paga com recurso às Receitas Próprias e com recurso a injeção de capital.

RESUMO DA DESPESA - SDPS			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO	
		VALOR	%
RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (381)	1 138 102,00	253 199,48	22,25%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	326 623,00	0,00	0,00%
FUNDO DE COESÃO NACIONAL (392)	141 196,00	0,00	0,00%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	1 141 244,00	409 852,77	35,91%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	3 539 314,00	15 090,96	0,43%
NO SISTEMA BANCÁRIO EXTERNO (712)	3 149 120,00	1 450 000,00	46,04%
TOTAL	9 435 599,00	2 128 143,21	22,55%

2.2. Execução orçamental da receita

No quadro seguinte podemos analisar a execução orçamental da receita no primeiro Semestre de 2021:

RESUMO DA RECEITA - SDPS			
RECEITAS CORRENTES	ORÇAMENTO CORRIGIDO	EXECUÇÃO	
		VALOR	%
Transferências Correntes	151 520,00	0,00	0,00%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1 125 244,00	260 326,82	23,14%
Outras Receitas Correntes	16 000,00	3 328,17	20,80%
SUBTOTAL	1 292 764,00	263 654,99	20,39%
RECEITAS CAPITAL			
Transferências de Capital	238 796,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	4 038 102,00	1 946 006,53	48,19%
SUBTOTAL	4 276 898,00	1 946 006,53	45,50%
Saldo Gerência Anterior	3 865 937,00	3 865 936,09	100,00%
SUBTOTAL	3 865 937,00	3 865 936,09	100,00%
TOTAL	9 435 599,00	6 075 597,61	64,39%

Conforme se pode verificar, a execução orçamental da receita no primeiro semestre de 2021 foi de 64,39%, sendo que as receitas correntes tiveram uma execução de 20,39% e as receitas de capital uma execução de 45,50%.

ok +

A rubrica Ativos Financeiros registou uma execução expectável, para o semestre em análise, considerando a amortização das prestações de capital, dos empréstimos contraídos com a banca estrangeira.

Analisando a execução orçamental da receita na perspetiva da fonte de financiamento, verificamos que os valores executados foram com recurso às Receitas Próprias e com recurso a injeção de capital.

RESUMO DA RECEITA- SDPS			
FONTE FINANCIAMENTO	ORÇAMENTO	EXECUÇÃO	
	CORRIGIDO	VALOR	%
RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (381)	1 138 102,00	496 006,53	43,58%
SALDOS DE RG NÃO AFETAS A PROJETOS CO-FINANCIADOS (382)	326 623,00	326 622,36	100,00%
FUNDO DE COESÃO NACIONAL (392)	141 196,00	0,00	0,00%
RP DO ANO COM OUTRAS ORIGENS (513)	1 141 244,00	263 654,99	23,10%
SALDOS RP TRANSITADOS - COM OUTRAS ORIGENS (522)	3 539 314,00	3 539 313,73	100,00%
NO SISTEMA BANCÁRIO EXTERNO (712)	3 149 120,00	1 450 000,00	46,04%
TOTAL	9 435 599,00	6 075 597,61	64,39%

3. Demonstração de Resultados por Naturezas

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	1º SEMESTRE		31/dez/20
	2021	2020	
Vendas	7 336,33	17 260,85	25 552,72
Prestações de serviços	88 872,17	201 032,12	324 737,35
Subsídios à exploração			399 405,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(5 051,22)	(11 329,37)	(17 095,71)
Fornecimentos e serviços externos	(129 291,73)	(97 760,70)	(319 189,33)
Gastos com o pessoal	(503 125,81)	(371 801,03)	(974 305,04)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			41 893,12
Outros rendimentos e ganhos	13 144,73	15 957,95	24 667,97
Outros gastos e perdas	(35 649,72)	(13 634,98)	(93 437,72)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento	(563 745,25)	(260 275,16)	(587 771,64)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(461 915,04)	(558 540,74)	(1 115 516,26)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	(1 025 660,29)	(818 815,90)	(1 703 287,90)
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	-	-	-
Resultado antes de impostos	(1 025 660,29)	(818 815,90)	(1 703 287,90)
Imposto sobre o rendimento	-	-	(205,42)
Resultado líquido do período	(1 025 660,29)	(818 815,90)	(1 703 493,32)

No que concerne aos Rendimentos da empresa no semestre de 2021, face ao período homólogo de 2020, temos a observar o seguinte:

- Acentuada diminuição no valor quer das Vendas quer das Prestações de serviços, em resultado das restrições impostas pelo COVID – 19, que implicaram descidas acentuadas nos utentes, e por consequência, nas receitas do Campo de Golfe do Porto Santo, do Campo de Ténis;
- Orientações de gestão do acionista no sentido da isenção das rendas aos concessionários privados, decorrente da pandemia do COVID-19;
- Encerramento do Parque de Campismo, contribuindo igualmente para a redução verificada, a isenção de rendas aos concessionários privados.
- Quanto aos Gastos registados no primeiro semestre de 2021, comparando com o período homólogo no ano anterior, observamos um aumento generalizado nos gastos com o pessoal, justificado pela atualização do salário mínimo regional e essencialmente

pelo facto de no primeiro semestre de 2020 terem ocorrido várias situações de isolamento profilático, de baixas médicas bem como de licenças parentais.

R +

4. Balanço

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICAS	1º SEMESTRE		31/dez/20
	2021	2020	
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	36 041 600,70	36 965 763,19	36 467 720,51
Ativos intangíveis	-	610,56	
Outros ativos financeiros			
<i>Total de ativo não corrente</i>	36 041 600,70	36 966 373,75	36 467 720,51
Ativo CORRENTE			
Inventários	5 610 732,22	5 621 390,29	5 615 763,44
Clientes	73 352,86	69 730,47	73 538,68
Estado e outros entes públicos	247 127,51	202 587,05	222 198,92
Outras contas a receber	12 277 170,64	15 180 156,11	10 226 945,32
Diferimentos	3 187,59		3 187,59
Caixa e depósitos	3 856 754,45	3 810 567,87	3 902 480,89
<i>Total de ativo corrente</i>	22 068 325,27	24 884 431,79	20 044 114,84
TOTAL DO ATIVO	58 109 925,97	61 850 805,54	56 511 835,35
PATRIMONIO LÍQUIDO			
Património/Capital	79 518 535,00	79 518 535,00	79 518 535,00
Outros instrumentos de capital próprio	28 475 373,69	23 553 165,33	20 487 833,23
Prémios de emissão	1,62	1,62	1,62
Reservas			
Resultados transitados	(78 724 402,89)	(77 020 909,57)	(77 020 909,57)
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio			-
Resultado líquido do período	(1 025 660,29)	(818 815,90)	(1 703 493,32)
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	28 243 847,13	25 231 976,48	21 281 966,96
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	346 935,00	346 935,00	346 935,00
Financiamentos obtidos	25 716 666,66	32 566 105,12	31 116 105,12
<i>Total do passivo não corrente</i>	26 063 601,66	32 913 040,12	31 463 040,12
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	22 367,28	9 541,68	-
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utente	60 375,00		60 375,00
Estado e outros entes públicos	31 361,65	45 005,97	205,42
Financiamentos obtidos	2 900 000,00	2 900 000,00	2 900 000,00
Outras contas a pagar	788 373,25	751 241,29	806 247,85
Outros passivos financeiros			
<i>Total do passivo corrente</i>	3 802 477,18	3 705 788,94	3 766 828,27
TOTAL DO PASSIVO	29 866 078,84	36 618 829,06	35 229 868,39
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVO	58 109 925,97	61 850 805,54	56 511 835,35
	-	-	-

No balanço há a assinalar, face a 31 de dezembro de 2020:

- No Património Líquido, verificou-se um aumento dos outros instrumentos de capital próprio, devido à conversão dos contratos de mútuo celebrados em 2019 em prestações acessórias e ao lançamento dos valores previstos da injeção de capital para 2021.

5. Demonstração de Fluxos de Caixa

SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO DO PORTO SANTO, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(MÉTODO DIRECTO)

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	1º SEMESTRE		31/dez/20
	2021	2020	
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes	260 326,82	353 670,06	446 276,83
Pagamentos a fornecedores	-130 651,83	-123 004,89	-384 624,52
Pagamentos ao pessoal	-465 533,13	-306 137,43	-966 609,97
Caixa gerada pelas operações	-335 858,14	-75 472,26	-904 957,66
Outros recebimentos/pagamentos	-170 077,04	-261 398,38	234 197,85
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			14 866,90
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	-505 935,18	-336 870,64	-655 892,91
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	-35 797,79	-18 023,92	-87 399,40
Ativos intangíveis			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	-35 797,79	-18 023,92	-87 399,40
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 926 025,13	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos	1 946 006,53		3 856 335,90
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	-1 450 000,00	-1 450 000,00	-2 900 000,00
Juros e gastos similares			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	496 006,53	476 025,13	956 335,90
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-45 726,44	121 130,57	213 043,59
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	3 902 480,89	3 689 437,30	3 689 437,30
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 856 754,45	3 810 567,87	3 902 480,89
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período	3 902 480,89	3 689 437,30	3 689 437,30
- Equivalentes a caixa no início do período	0,00		
- Variações cambiais de caixa no início do período	0,00		
= Saldo da gerência anterior	3 902 480,89	3 689 437,30	3 689 437,30
De execução orçamental	3 865 936,09	3 611 186,28	3 611 186,28
De operações de tesouraria	36 544,80	78 251,02	78 251,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 856 754,45	3 810 567,87	2 841 587,94
- Equivalentes a caixa no fim do período	0,00	0,00	0,00
- Variações cambiais de caixa no fim do período	0,00	0,00	0,00
= Saldo da gerência seguinte	3 856 754,45	3 810 567,87	3 902 480,89
De execução orçamental	3 796 302,10	3 732 066,85	3 865 936,09
De operações de tesouraria	60 452,35	78 501,02	36 544,80

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

No que concerne à Demonstração de Fluxos de Caixa temos a assinalar uma redução nos recebimentos de clientes, face ao período homólogo de 2020 decorrente da pandemia do COVID-19 e um aumento nos pagamentos a fornecedores decorrente das pequenas obras que foram necessárias fazer.

6. Conclusão

O Conselho de Administração e todos os seus colaboradores continuam empenhados no cumprimento do Plano de Atividades e Orçamento para 2021, pese embora as consequências imprevisíveis da pandemia SARS CoV-2 no desempenho operacional da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A., quer nas atividades que são asseguradas em gestão direta, quer nos empreendimentos concessionados.

Funchal, 29 de julho de 2021

O Conselho de Administração



(Fátima Carvalho Correia)



(Ricardo Morna Jardim)



Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo

Relatório do Órgão de Fiscalização

1º Semestre de 2021

Julho de 2021

Telefone: +351 213 182 720 | Email: ssa.sroc@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados-SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha | Praça Duque de Saldanha, 1-4ºPiso, Letras H e O | 1050-094

Lisboa, Portugal | Contribuinte n.º504 046 683 | Capital Social €50 000 | Inscrita na OROC sob o n.º152 e na CMVM sob o n.º20161462

A PKF & Associados - SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, e não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

Índice

1. Nota Introdutória	3
2. Contabilidade Orçamental	4
2.1. Execução Orçamental da Receita	4
2.2. Execução Orçamental da Despesa	5
3. Conclusões	6
4. Nota Final	7

1. Nota Introdutória

À Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira,
Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas,
Direção Regional do Orçamento e Tesouro e Inspeção Regional de Finanças

Exmos. Senhores,

O presente relatório é Relatório elaborado nos termos do n.º 1, alínea i) do artigo 42.º do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30 de junho de 2021 e do contrato celebrado entre as Sociedades de Desenvolvimento e a PKF & Associados, SROC, Lda. para o triénio 2020-2022.

Procedemos à análise da situação económico-financeira da Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo (doravante “SDPS” ou “Sociedade”), relativa ao primeiro semestre de 2021, de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- i) Reuniões com o Conselho de Administração e outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos todos os esclarecimentos que considerámos necessários;
- ii) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade;
- iii) Verificação da conformidade do relatório de execução orçamental do primeiro semestre com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte e explicação dos principais desvios e variações.

Dada a inexistência de qualquer disposição legal que imponha à Sociedade a obrigatoriedade de preparação de um conjunto completo de Demonstrações Financeiras reportados a 30 de Junho de 2021, o nosso trabalho foi desenvolvido com base nos Balancetes da contabilidade patrimonial e orçamental disponibilizados e no Relatório de execução orçamental preparado pela SDPS com referência ao primeiro semestre de 2021, incluindo o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa e os Mapas de Controlo Orçamental da despesa e da receita.

Caso tivessem sido preparadas Demonstrações Financeiras completas com referência àquela data, outras situações poderiam manifestar-se passíveis de relato no presente relatório. No entanto, nos pontos seguintes, levamos ao conhecimento de V. Exas., as conclusões e recomendações que consideramos relevantes, face às situações identificadas no decurso do nosso trabalho.

2. Contabilidade Orçamental

2.1. Execução Orçamental da Receita

Relativamente ao orçamento da receita, as taxas de execução a 30 de junho de 2021 são as seguintes:

Designação	2021			2020		
	Previsões Corrigidas Anuais	Receitas cobradas 30-06-2021	Grau de Exec.	Previsões Corrigidas Anuais	Receitas cobradas 30-06-2020	Grau de Exec.
RECEITAS CORRENTES	1.292.494,00	263.654,99	20,40%	973.384,00	353.670,06	36,33%
Transferências Correntes	151.250,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Venda de Bens e Serviços Correntes	1.125.244,00	260.326,82	23,14%	968.184,00	353.670,06	36,53%
Outras Receitas Correntes	16.000,00	3.328,17	20,80%	5.200,00	0,00	0,00%
RECEITAS DE CAPITAL	4.276.898,00	1.946.006,53	45,50%	6.982.283,00	1.926.025,13	27,58%
Transferências de capital	238.796,00	0,00	0,00%	60.615,00	0,00	-
Passivos Financeiros	4.038.102,00	1.946.006,53	48,19%	6.921.668,00	1.926.025,13	27,83%
OUTRAS RECEITAS	3.865.937,00	3.865.936,09	100,00%	3.611.187,00	3.611.186,28	100,00%
Saldo da gerência anterior	3.865.937,00	3.865.936,09	100,00%	3.611.187,00	3.611.186,28	100,00%
Total	9.435.329,00	6.075.597,61	64,39%	11.566.854,00	5.890.881,47	50,93%

No que respeita ao orçamento da receita, a taxa de execução verificada em 30 de junho de 2021 ascende a 64,39%, que se traduz em 6.075.597,61 euros em termos absolutos, aumentando cerca de 184.716 euros face aos valores registados em período homólogo anterior.

- ✓ A execução dos “*Passivos Financeiros*” resulta das amortizações registadas relativas a empréstimos contraídos com a banca estrangeira.
- ✓ A entidade atinge a execução orçamental da receita, na perspetiva do financiamento, através do recurso a receitas próprias e injeções de capital.

2.2. Execução Orçamental da Despesa

Relativamente ao orçamento da despesa, as taxas de execução a 30 de junho de 2021 são as seguintes:

Designação	2021			2020		
	Dotação Anual Corrigida	Despesa paga 30/06/2021	Grau Exec.	Dotação Anual Corrigida	Despesa paga 30/06/2020	Grau Exec. Anual
DESPESAS CORRENTES	2.833.023,00	642.345,42	22,67%	2.389.759,00	632.712,25	26,48%
Despesas com Pessoal	1.337.740,00	465.533,13	34,80%	1.362.774,00	452.935,95	33,24%
Aquisição Bens Serviços	1.338.401,00	130.651,83	9,76%	858.831,00	116.166,90	13,53%
Juros e outros encargos	1.000,00	1,63	0,16%	1.000,00	25,44	2,54%
Administração Regional	25.000,00	9.149,27	36,60%	8.920,00	2.196,00	24,62%
Outras Despesas Correntes	130.882,00	37.009,56	28,28%	158.234,00	61.387,96	38,80%
DESPESAS DE CAPITAL	6.602.576,00	1.485.797,79	22,50%	9.177.095,00	1.468.420,42	16,00%
Aquisição Bens capital	2.580.995,00	35.797,79	1,39%	3.686.744,00	18.420,42	0,50%
Transferências de Capital	1.121.581,00	0,00	0,00%	2.900.000,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	2.900.000,00	1.450.000,00	50,00%	2.590.351,00	1.450.000,00	55,98%
Total	9.435.599,00	2.128.143,21	22,55%	11.566.854,00	2.101.132,67	18,17%

Conforme ilustra o quadro acima, a execução orçamental da despesa no primeiro semestre de 2021 situa-se nos 22,55%, apresentado um total de despesa paga pela Sociedade de 2.128.143 euros.

Verifica-se um aumento de 27.010,54 euros quando comparada com a que foi realizada no período homólogo anterior. Não obstante, gostaríamos de evidenciar as seguintes situações que de certa forma justificam o baixo grau de execução registado no orçamento da despesa com referência a 30 de junho de 2021:

- ✓ A rubrica de “Aquisição de Bens e Serviços” deriva a sua execução através da manutenção e conservação dos vários empreendimentos.
- ✓ A classe de “Despesas de Capital” apresenta uma execução de 22,50%, com a rubrica de “Passivos Financeiros” apresentando o maior peso e sendo formada essencialmente através das amortizações de prestações de capital por parte de empréstimos contraídos da banca estrangeira.
- ✓ A entidade atinge a execução orçamental da despesa, na perspetiva do financiamento, através do recurso a receitas próprias e injeções de capital.

3. Conclusões

No decurso do nosso trabalho, identificámos algumas limitações relacionadas com o sistema informático, designadamente, no que toca a erros de parametrização do *software*, dos quais resultam determinadas incongruências nos mapas de controlo orçamental da Receita e da Despesa, comprometendo, por esta via, a qualidade do reporte da informação financeira da Sociedade. Não obstante, não foram identificadas distorções materialmente relevantes a reportar, relativamente ao Relatório de execução orçamental do primeiro semestre de 2021.

Relativamente ao primeiro de semestre de 2021, não conhecemos nenhum desenvolvimento que possa alterar a nossa opinião com reservas incluída na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 desta sociedade, que abaixo reproduzimos:

- *“No decurso do trabalho por nós realizado, verificámos que a rubrica de Ativos Fixos Tangíveis inclui cerca de 36.467 milhares de euros relativos a terrenos e edifícios, relativamente aos quais não conseguimos concluir de forma inequívoca sobre eventuais situações de perdas por imparidade. Em resultado deste facto, não estamos habilitados a emitir opinião sobre a rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis” evidenciada no Balanço e sobre o saldo de “Gastos de Depreciação e de Amortização” evidenciada na Demonstração dos Resultados por Naturezas com referência a 30 de dezembro de 2020”*
- *“A rubrica de Outras Contas a Receber inclui cerca de 10.170 milhares de euros relacionados com dívidas de entidades relacionadas, relativamente às quais não nos é possível concluir acerca da sua efetiva recuperabilidade. Desta forma, não nos podemos pronunciar sobre a necessidade de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, bem como de eventuais regularizações que possam ter efeito sobre o património líquido da Entidade.”*
- *“Em outubro de 2019, foi celebrado um acordo tripartido entre a Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo S.A. (SDPS), a Região Autónoma da Madeira e a sociedade comercial “Pico de Baixo e Penedo – Investimentos Imobiliários Lda.”, de acordo com o qual a SDPS adquiriu a esta entidade um terreno pelo montante de 5.670 milhares de euros. Relativamente ao referido acordo, na decorrência da Assembleia Geral de Acionistas de junho de 2020, foi decidido que o mesmo apenas produzirá efeitos contabilísticos após conclusão do procedimento de fiscalização concomitante por parte do Tribunal de Contas, que se encontra em curso na presente data. Deste modo, tendo em conta que a decisão do Tribunal de Contas não condiciona a obrigação contatual assumida pela SDPS, somos de opinião de que o Ativo e o Passivo da Entidade se encontram subavaliados em 5.670 milhares de euros.”*

Por último, salientamos que se encontra perdido mais de metade do capital social da Sociedade, desta forma, deverá ser tido em consideração o disposto no Art.º 35 do Código das Sociedades Comerciais.

4. Nota Final

De acordo com a nossa prática habitual, que tem em vista maximizar sempre a utilidade da nossa colaboração, ficamos ao inteiro dispor, para prestarmos os esclarecimentos adicionais que eventualmente, considerem úteis e necessários.

Cumpre-nos, finalmente, salientar e agradecer a cooperação que temos recebido por parte do Conselho de Administração e dos diversos colaboradores das Sociedades Desenvolvimento com que contactámos, bem como o interesse na apreciação das observações e recomendações por nós efetuadas.

Lisboa, 28 de julho de 2021



PKF & ASSOCIADOS

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

José de Sousa Santos (ROC n.º 804 | CMVM n.º 20160434)